



José Paulo/AF

O plenário da Câmara, ontem: e o quórum para as outras leis?

## Os complementos da Carta

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Néelson Jobim (RS), anunciou ontem, em Porto Alegre, que já começaram a ser elaboradas, preliminarmente, as leis ordinárias e complementares da nova Constituição. No dia 5 ele entregará às lideranças do PMDB uma relação de todas as leis que necessitam ser feitas para garantir a eficácia da Carta. O deputado garantiu que "não compete a ninguém do Congresso dizer o que está em vigor" em relação às leis aprovadas, mas sim ao Judiciário, que fará a interpretação "em cima de casos concretos".

Até o momento, Néelson Jobim disse já ter constatado a exigência de regulamentação de 150 situações que estão no novo texto. "Isto não significa a necessidade de 150 novas leis", explicou o parlamentar, exemplificando com o capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, onde há 21 situações que dependem de regulamentação, mas que podem ser englobadas, pelos seus cálculos, em três leis.

A maior preocupação das lideranças partidárias, entretanto, é com a adaptação dos regimentos internos do Congresso e das duas casas, a Câmara e o Senado. Segundo assessores das lideranças, "há extrema urgência" na definição deste assunto, pois a própria tramitação das matérias de complementação e regulamentação da Constituição vai depender dos regimentos,

que terão que ser adaptadas às novas atribuições do poder Legislativo. "Um exemplo disso é o poder terminativo das comissões, nas quais projetos poderão ser aprovados sem passar pela análise do plenário", avalia Néelson Jobim.

A urgência na reforma dos regimentos é ainda maior, porque é ela que vai estabelecer como será examinado e votado o projeto de orçamento da União para 89. O projeto já se encontra no Congresso, há uma comissão de deputados e senadores constituída para examiná-lo, o prazo para emendas está correndo e, no entanto, quando entrar em vigor a nova Constituição, as regras mudarão e terão que ser regulamentadas no regimento comum do Congresso.

### Bernardo Cabral

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), revelou ontem, em Porto Alegre, que, em alguns casos, "quando o texto constitucional não se chocar frontalmente com a lei anterior", continuará em vigor a atual legislação, até a aprovação das leis complementares e ordinárias. Ele prevê que, logo após a promulgação, haverá "um período de adaptação, de adequação, mas sem a 'turbulência' jurídica, prevista por alguns setores". Ele garantiu ainda que, enquanto os parlamentares não votarem as complementações e regulamentações, o cidadão poderá recorrer ao mandado de injunção.

## A grande festa da promulgação

Quando o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, assinar o texto constitucional, por volta das 15h do dia 5 de outubro, uma salva de 21 tiros de canhão será ouvida em Brasília, comemorando a promulgação da oitavá Constituição brasileira. Em todas as cidades do País, os sinos das igrejas estarão tocando. Ulysses começará, então, a ler uma juramento — que será repetido pelos constituintes e depois pelo presidente da República, José Sarney, e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer — de compromisso e obediência ao texto votado.

Esse deverá ser o ponto alto de uma festa que começará às 9h, com um culto ecumênico em frente ao Congresso Nacional. A pedido de Ulysses, o dia 5 deverá ser ponto facultativo em Brasília. O culto deverá ser ministrado por um representante de cada uma das religiões existentes no Brasil, ainda não definidos pelas igrejas. À ce-

rimônia de promulgação estarão presentes, além de Ulysses e dos demais constituintes, o presidente Sarney, o ministro Rafael Mayer, e os presidentes dos parlamentos de todos os países da América, dos países africanos de língua portuguesa, da Espanha e de Portugal.

Após o ato de assinatura da Carta e do juramento, Ulysses Guimarães fará a entrega das cinco medalhas de ouro (para Sarney, Rafael Mayer, o presidente do Senado, Humberto Lucena, o relator Bernardo Cabral, além do próprio Ulysses), 686 de prata (para os demais constituintes e os representantes dos parlamentos) e 500 de bronze (para alguns funcionários do Congresso e autoridades). Terminada a sessão, será servido um coquetel no Salão Nobre da Câmara. O dia terminará com um jantar no restaurante da Câmara, oferecido por Ulysses aos presidentes dos parlamentos estrangeiros.

Amc  
X